

A REDUÇÃO DOS PARADIGMAS FLEXIONAIS DOS VERBOS E A PERDA DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

João Antonio de Vasconcellos*

RESUMO

Neste artigo, será destacado o enfraquecimento da morfologia verbal, apontado como fator responsável pela perda da propriedade do sujeito nulo no Português Brasileiro (PB). A queda do sujeito referencial pode estar relacionada com a redução do paradigma flexional dos verbos no PB. O Português Brasileiro aponta para a perda da obrigatoriedade da omissão do sujeito em certas ocorrências sintáticas. Por outro lado, os dados analisados sugerem que o PB é uma língua parcialmente "pro-drop", usando pronomes plenos e categorias preenchidas na posição de sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito nulo, sujeito pleno, pronomes preenchidos, língua "pro-drop", Português Brasileiro.

ABSTRACT

This paper aims at pointing out the weakness of the verbal morphology, marked as the responsible factor of the property's loss of null subject in Brazilian Portuguese (BP). The decrease in null referential subjects can be related to the reduction of the inflectional paradigm of verbs in BP. Brazilian Portuguese has been shown to have lost the obligatory subject omission in certain syntactic environments. On the other hand, the data analyzed here suggest that BP is a partial "pro-drop" language, making use of full pronouns and empty categories in subject position.

KEY-WORDS: null subject, empty subject, full pronoun, "pro-drop" language, Brazilian Portuguese.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por propósito examinar, de forma crítica, a literatura sobre o enfraquecimento flexional dos paradigmas verbais do português brasileiro (PB) e conseqüentemente a perda do sujeito nulo. Apontaremos que o enfraquecimento flexional dos paradigmas verbais teve seu início já no português medieval, através de um processo fonológico ocorrido no morfema verbal. Esta posição baseia-se nas afirmações da dra. Marilza de Oliveira, professora do curso de letras da USP, no artigo *Mudanças fonológicas explicam o enfraquecimento da morfologia verbal no*

*Bacharel e Licenciado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Língua Portuguesa (Evolução da Gramática) pela UNG-SP. Aluno regular de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador Geral dos Cursos de Pós-graduação das Faculdades Padre Anchieta-Jundiá e Coordenador do Curso de Letras da Faculdade de Ciências e Letras Padre Anchieta-Jundiá.

PB?, apresentado na *ABRALIN*, em março de 2001.

A abordagem utilizada é a dos Princípios e Parâmetros. Os gerativistas apontam os Princípios como leis gerais válidas para todas as línguas naturais e que não podem ser violadas, e os Parâmetros como propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas. Assim, as línguas apresentam diferenças e, à medida que os parâmetros vão sendo fixados, constituem-se as gramáticas das línguas.

Mostraremos que a gramática do PB deverá ser reestruturada. No que tange ao parâmetro “pro-drop” (omissão de argumentos sentenciais), há no PB uma redução significativa de ocorrências do sujeito nulo e, na passagem da escrita para a fala, o índice de sujeitos nulos tem caído cada vez mais.

Consideraremos que a redução no quadro das desinências verbais alterou as características de língua “pro-drop” do PB, em direção a um sistema não “pro-drop”. Estudos gerativistas têm apontado para uma relação direta entre a riqueza flexional dos paradigmas verbais e a possibilidade de omissão do sujeito em sentenças finitas. Isto significa que quanto mais rica é a flexão verbal, mais se omite o sujeito e quanto menos rica a flexão verbal, mais se preenche o sujeito, provocando a desativação do princípio de licenciamento do sujeito nulo.

Segundo Adams (1987) e Roberts (1993) uma mudança fonológica dos morfemas flexionais do verbo ocasionou o enfraquecimento verbal e a perda do licenciamento do sujeito nulo, já no francês arcaico.

Pela afirmação, poderíamos concluir que a ênfase na riqueza flexional é a única responsável pela ocorrência do sujeito nulo. Há exceções. Huang (1984) mostra que o chinês apresenta um paradigma verbal sem flexões e possui sujeito nulo. Segundo Jaeggli e Safir (1987) a riqueza dos paradigmas flexionais não é a condição que irá licenciar o sujeito nulo, mas a uniformidade dos paradigmas flexionais de uma língua. Roberts (1993) afirma que um paradigma funcionalmente rico permite igualmente o sujeito nulo. É o caso do francês antigo.

No PB, Duarte (1993, 1995) aponta o progressivo desaparecimento do sujeito nulo, graças a uma reorganização do sistema pronominal, ocasionado pelo uso do pronome “você”, como forma verbal de 3ª pessoa, passando a ser usada como 2ª pessoa, ao lado de “tu” e depois como exclusiva, na maioria das regiões do país. O fato provoca a neutralização das formas de 2ª e 3ª pessoas.

Com o aparecimento da expressão “a gente”, utilizada para a 1ª pessoa do plural, ao lado de “nós” e muitas vezes o substituindo, com o verbo na 3ª pessoa do singular, faz aumentar as formas neutralizadas (*eu canto/ você canta/ ele (a) canta/ a gente canta/ vocês cantam/ eles (as) cantam*). De seis formas morfológicas verbais, estamos utilizando às vezes quatro (com o uso de *nós cantamos*) e, na maioria das vezes, três. Conforme a região e o grupo de falantes, utilizamos duas formas (*cês canta/ eles (as) canta*). O que percebemos, também aqui, é uma mudança fonológica atingindo os morfemas flexionais do verbo e, conseqüentemente, obrigando, cada vez mais, o preenchimento do sujeito.

Roberts (1993) aponta que são diferentes as causas da perda do sujeito nulo no francês e no português brasileiro. Para o autor, a reorganização do sistema pronominal no PB é a causa fundamental, enquanto no francês a perda do sujeito nulo é ocasionada por uma mudança fonológica. Defenderemos que a causa da perda do sujeito nulo no PB não é apenas causada pela reorganização do sistema pronominal, mas também por mudanças fonológicas, principiadas no português medieval (Oliveira, 2001).

Estaremos apontando exemplos em que quanto mais rica é a flexão verbal, maior é a possibilidade de uso de sujeito nulo, como acontece com o italiano. Roberts (1993) defende que um paradigma “funcionalmente rico” também permite sujeito nulo. Jaeggli e Safir (1987) abordam que o licenciamento do sujeito nulo não se dá pelo elemento concordância – AGR, mas pela uniformidade morfológica dos paradigmas verbais de uma língua.

Para o problema do enfraquecimento da morfologia verbal, parece-nos mais plausível apontar como causa as mudanças fonológicas, neutralizando, cada vez mais, a morfologia verbal, sem contudo deixar de apontar que a reorganização do sistema pronominal também tem colaborado para a referida neutralização.

HIPÓTESE

Uma das causas, quiçá a mais importante, que propiciou o enfraquecimento da morfologia verbal, foi a perda do /d/ intervocálico nos morfemas números-pessoais da 2ª pessoa do plural, já no português medieval.

Segundo Oliveira (2001), até o final do século XIV, pode-se observar a presença dos morfemas <dês,de> nas formas verbais de 2ª pessoa, no *Orto do Esposo e Virgeu de Consolaçon*. No entanto, como observa a autora, “no primeiro volume da *Crônica Del Rei dom Johan I*, elaborado por Fernão Lopes, em torno de 1443, todas as formas verbais de 2ª pessoa do plural aparecem marcadas com hiato, indício da queda do /d/ intervocálico”.

Matos e Silva (1994) registram também que o morfema <dês> também não aparece no *Leal Conselheiro* de D. Duarte (início do século XV) e nem na Carta de Pero Vaz de Caminha.

Outra causa que também vem colaborar para o enfraquecimento da morfologia verbal foi a inclusão do pronome “você”, já no século XIX (substituindo tu) e da expressão “a gente”(substituindo nós), com a forma verbal de terceira pessoa do singular (*você canta/ a gente canta*). Através da reorganização dos pronomes no PB e da tendência ao menor esforço (economia de articulação) houve uma redução nítida dos traços distintivos dos fonemas flexionais dos verbos. Nos dialetos onde ainda prevalece o uso do “tu” é comum ouvirmos “tu vai”. A não ocorrência fonológica do “s” pode ter sido ocasionada pela “tendência ao menor esforço”.

DESCRIÇÃO DOS DADOS

Já no período do português quatrocentista, podemos observar um uso alternativo entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural dos verbos. Essa alternância pode ser caracterizada como de natureza estilística e morfofonológica. O caráter estilístico pode ser explicado pela forma de expressar cortesia ou vassalagem. No entanto, algumas ocorrências de alternância entre as formas de 2ª pessoa do singular e 2ª do plural aconteceram em um mesmo enunciado, o que pode ser explicado pela confusão no uso dessas formas verbais. Isso vem demonstrar que no português quatrocentista já se usavam as mesmas formas para o singular e o plural, nas segundas pessoas verbais. Tal fato vem comprovar a hipótese de Castilho (2001), de que o PB tem como base o século XV. Oliveira (2001) mostra o fato da alternância entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural, através da análise realizada na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, redigida por Gomes Eanes de Zurara (1458) e na *Demanda do Santo Graal* (cópia quatrocentista do texto do século XIII). O exemplo, a seguir, mostra essa alternância, demonstrando intimidade na forma de tratamento.

“Ai cavaleiro bõo, por Deus e por piedade, ocorrede-me e livrade-me deste desleal que me quer escarnecer, se tu és dos bõos cavaleiros que andam na demanda do Santo Graal!”(Demanda:133)

Ou ainda:

“Vós o acharedes, disse el, no Paaço Perigoso, na foresta de Arnantes, ca ali vive ele na gram coita do fogo bem dêis quando eu. Mas a mercee de Deus sou livre, ca, depois da gram coita que houve, achei folgaça, ca a minha alma será logo na gram lidice que nunca falecerá. E esto averrá per teu rogo, ca nom per meu merecimento”(Demanda:343).

Quanto à alternância morfofonológica (no momento, temos maior interesse), pode-se observar a queda do /d/ intervocálico no morfema lexical e no morfema flexional do verbo, fazendo desaparecer as formas das segundas pessoas do singular e do plural.

Os exemplos selecionados por Oliveira (2001) caracterizam bem o fato.

“Rei Bandemaguz, eu hei mui gram pesar porque vaas a esta demanda, ca tu i morrerás” (Demanda:48).

Senhor, verdade é, mais rogo-vos, se vos aprouguer, que vaades comigo a aquela foresta...” (Demanda:19).

Com a queda do /d/ intervocálico, no morfema lexical, vai ocasionar a diferença entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural. Há, no entanto, algumas formas verbais em que os morfemas <de, dêis> permanecem, em conseqüência da queda do /d/ intervocálico no morfema lexical. É o caso dos verbos de infinitivo monossilábico (ser, ir etc). Na fala, os verbos de infinitivo monossilábico podem ter perdido o /d/ intervocálico, provocando o aparecimento de formas homorgânicas.

Com o verbo “poder” ocorre quase que o processo inverso. O /d/ intervocálico do

morfema lexical é mantido graças ao morfema lexical (*podetis>podedes>podees>podes*). Os exemplos extraídos da *Crônica Del Rei Dom Johan I* de Fernão Lopes e da *Crônica de D. Pedro*, de Zurara esclarecem o fato.

“Senhor, vos non devees n~e podees dereitamente entrar em Portugall.” (Johan:96).

“[...] *E assy, senhor, que não ponhais fundamento nessas cousas, caa podês por ellas ficar muito ~enganado.* (C:531).

Segundo Oliveira (2001) a distinção entre singular e plural é mantida, muitas vezes, apenas pela distribuição do acento. Compare o que aconteceu nos dois últimos exemplos e no exemplo a seguir:

“*Ora – disse elle- podes dezer o que te prouver, caa pois Abu me tem nessa pose e eu não quero sayr della...*” (c:416).

Aparenta que às vezes a diferença entre as formas do singular e do plural está na forma tensionada da vogal, na segunda pessoa do plural, marcada pela crase.

“*E porquee ally nõ estaa tall capitão em que nos tenhamos tall fiança, queríamos que vos tomassês parte dessa empresa*”(C:562).

Coloca ainda, que há casos em que a confusão entre a 2ª pessoa do singular e a do plural, ocasionada pela queda do /d/ intervocálico ocorre em contexto de travamento de sílaba.

“*Ca, se o fezerdes, eu serei escarnida e a desonra seria vossa, ca bem sabedes vós que sodes teúdo da Mesa Redonda per direito de ajudares toda donzela que ajuda vos demandar*” (D:185).

É importante destacar que a confusão entre a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural também aconteceu no Pretérito Perfeito. Sobre o fato aponta Oliveira(2001): **“A presença do morfema <s> na 2ª pessoa do singular e a sua ausência na 2ª pessoa do plural das formas verbais do pretérito perfeito é uma evidência clara da quebra da distinção entre as formas do singular e plural, um processo que, provavelmente, se iniciou com o fenômeno fonológico da queda do /d/ intervocálico”.**

Veja os exemplos: “*Rei Artur, eu me vou pêra o Paraíso, que me tu quisestes tolher per tua luxúria.*” (D:225). “*Galvam, vós me havedes morto e escarnido, que me mataste meu sobrinho...* (D:114).

É sabido que a evolução da língua acontece pela sua transmissão de geração a geração e “parte do estilo articulatorio omissivo e frouxo da linguagem”. A tendência ao menor esforço (economia de articulação) reduz a nitidez dos traços distintivos dos fonemas. A evolução fonética acontece pelo equilíbrio instável de um sistema lingüístico, ainda que o aspecto estilístico também possa determinar mudanças (Câmara Jr. – 1973). Não se pode esquecer, no entanto, de que a evolução de uma língua depende também da estrutura social e das condições históricas da comunidade lingüística. Por esta abordagem, pudemos observar que a bibliografia consultada revela dos autores que, no PB tem havido uma redução dos paradigmas flexionais. De um sistema de seis formas verbais, passamos para quatro e, finalmente, três.

Em registros informais da língua falada, chegamos a perceber duas formas apenas. Apresentamos, conforme a afirmação, um breve histórico das ocorrências dos paradigmas flexionais dos verbos e suas evoluções.

Do latim para o português, as transformações fonéticas dos verbos seguem as regras dos metaplasmos:

Canto>canto

Cantas>cantas

Cantat>*canta* (apócope do “t” final, já no latim vulgar)

Cantamus>*cantamos* (u – o: não houve mudança fonética, só uma questão ortográfica).

Cantatis>*cantadis*>*cantais* (t>d: oclusiva surda, passando à oclusiva sonora; d> 0: síncope da oclusiva sonora intervocálica. Obs: na passagem do t>d, geralmente o /d/ se conserva: totu> todo. A síncope do /d/ nos verbos demonstra que o latim vulgar já tinha feito a transposição do t>d.

Cantant>*cantam* (queda do t final, com nasalização do ã, mais tarde escrito com “m”).

No pretérito perfeito são considerados regulares os verbos que apresentam a desinência modo-temporal: *vi* (*avi, evi,*), *viste, vit, vimus, vistis, verunt*.

Cantavi>*cantai*>*cantei* (a passagem do a>e: assimilação vocálica parcial. A queda do /v/ já se deu até no latim clássico – *cantavi*>*cantai*>*cantei*).

Cantavisti>*cantaste* (a queda do /vi/ explica-se aqui pela pronúncia clássica do /v/ pra /u/ - originando *cantavisti*. O “i” (breve) assimila-se ao “u”, que depois também cai – *cantaste*).

Cantavit>*cantou* – nesta forma, o “i” assimilou-se parcialmente ao “u” (*cantou*).

Cantavimus>*cantamos*

Canta(vi)stis>*cantastes*

Canta(vê)runt>*cantaram* (arcaico: *cantaron*, depois por analogia aos outros ditongos: ão>am (por ser átono).

Dessas seis formas, passamos para um sistema com quatro:

1ª pessoa do singular: *canto/ cantei* (*eu*)

2ª pessoa do singular: *canta/ cantou* (*você*)

3ª pessoa do singular: *canta/ cantou* (*ele, ela*)

1ª pessoa do plural: *cantamos/ cantamos* (*nós*)

2ª pessoa do plural: *cantam/ cantaram* (*vocês*)

3ª pessoa do plural: *cantam/ cantaram* (*eles, elas*)

Segundo Duarte (1996), este paradigma está restrito à língua escrita e à fala de uma geração de faixa etária mais alta. Em alguns paradigmas ainda encontramos a forma *nós cantamos* (para o presente e o pretérito perfeito do indicativo).

Finalmente, encontramos um sistema com, apenas, três formas; no início restrito a um grupo de falantes, mas já se generalizando:

1ª pessoa do singular: *canto/ cantei* (*eu*)

2ª pessoa do singular: *canta/ cantou* (*você*)

3ª pessoa do singular: *canta/ cantou (ele, ela)*

1ª pessoa do plural: *canta/cantou (a gente)*

2ª pessoa do plural: *cantam/ cantaram (vocês)*

3ª pessoa do plural: *cantam/ cantaram (eles, elas)*.

Em alguns registros informais de língua falada, já encontramos apenas duas flexões verbais. As pessoas são marcadas pelo uso do sujeito pronominal (*eu canto, você(vocês)/ ele(ela)/ eles(elas) canta*).

Os pronomes pessoais nominativos também colaboraram para a redução das flexões verbais.

No PB tivemos já no século XIX a introdução do pronome “você(s)” em competição e depois substituindo os pronomes “tu” e “vós”, revelando uma redução das marcas morfológicas de segunda pessoa, uma vez que para os pronomes “você/ vocês” utilizamos as formas de terceira pessoa do singular e do plural. O pronome “você” origina-se da forma de tratamento “Vossa Mercê” (Mercê – do latim “Mercede”: graça, dom, recompensa) > “Vós Mecê” (a sílaba medial átona vai desaparecer) > “você”.

Em alguns registros ainda encontramos ocorrências como: “Você trouxe o teu amigo? Você foi, eu te vi! Corre, você pode chegar).

A expressão “a gente” (do latim *gens, gentis* = povo) tanto pode substituir o pronome “nós” (*A gente sabe – Nós sabemos*), levando o verbo para a terceira pessoa do singular, como indicar a indeterminação do sujeito (*Tem gente que fala demais*).

Com a entrada no PB de “você” e “a gente” passamos a ter o seguinte paradigma pronominal nominativo:

1ª pessoa do singular: eu

2ª pessoa do singular: tu/ você

3ª pessoa do singular: ele/ ela

1ª pessoa do plural: nós/ a gente

2ª pessoa do plural: vós/ vocês

3ª pessoa do plural: eles/ elas

O “vós” já está quase desaparecido e o “tu” somente utilizado em algumas regiões do Brasil.

DISCUSSÃO

Para análise dos dados em discussão, partimos de formulações teóricas, para, em seguida elaborar fundamentações quanto à flexão dos verbos no PB.

Os neogramáticos formularam uma teoria segundo a qual as leis fonéticas eram absolutamente regulares. Quaisquer exceções eram ocasionadas pelo processo de “analogia”, através do qual “Elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais hegemônicos”(Faraco – 1991). Através dos estudos de dialetologia, esta regularidade foi relativizada pela forma não-uniforme como se dá a mudança, tanto no interior da língua como entre os diversos grupos de falantes.

Diante dessa nova visão, as leis fonéticas tiveram que ser reinterpretadas. As leis fonéticas passaram de absolutas para “fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxiliares descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos”. (Faraco – 1991).

Partindo dessa perspectiva, as considerações apontadas decorreram do tratamento do processo de alterações fonológicas não simplesmente como leis fonéticas absolutas, mas como mudanças fônicas, admitindo exceções. O fenômeno fonológico não foi estudado isoladamente, porém ao lado de outros fatos da história da língua e da comunidade dos falantes (*encaixamento estrutural e encaixamento social*), segundo Faraco (1991). Para o caso específico do PB foram consideradas as mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no tempo e no contexto da história sócio-econômico-cultural da nossa sociedade lingüística (a língua foi tratada como realidade social).

Quanto às mudanças fonológicas que podem explicar o empobrecimento da morfologia verbal no PB, estamos assumindo a hipótese de Oliveira (2001), que houve já no português quatrocentista o aparecimento de duas gramáticas distintas, ocasionadas pelo processo de dissolução do hiato, criado com a queda das formas sonoras intervocálicas. Uma delas marca a diferença entre o singular e o plural, respectivamente pelos morfemas <-s> e <-is>, pelo processo de semivocalização (**queredes > querees > quereis**). A outra gramática ocorreu pelo processo da crase, dissolvendo o hiato. Essa ocorrência neutralizou as formas do singular e do plural, que eram marcadas, indistintamente pelo morfema < -s > (**queredes > querees > queres**). O mesmo processo ocorre nas categorias nominais (**pede > pee > pé; nudu > nuu > nu**).

Vejamos como os processos apontados ocorreram:

“E quero logo saber de vos de vos prazerá que os tyre fora, ou a maneira que em ello quereis ter,... (C:378). Dissolução do hiato provocada pela semivocalização.

“Como querês, Rruy Gómez, _ *dissera allg~us dos outros _ que vamos a comer tall pelleja, ... (C:374). Dissolução do hiato pela crase.*

Pela análise, defendemos a hipótese de que o enfraquecimento da morfologia verbal teve início na categoria número. Alguns autores (Galves, 1993) defendem que tal enfraquecimento no PB está ligado à perda semântica da categoria pessoa.

Essas duas gramáticas devem ter concorrido para a ocorrência da neutralização entre as formas da 2ª pessoa do singular e do plural. O Português Europeu deve ter privilegiado a gramática que utilizou o processo de semivocalização do morfema de 2ª pessoa do plural, ocasionando um paradigma verbal de seis pessoas gramaticais distinta (*canto, cantas, canta, cantamos, cantais, cantam*). Já no PB o processo da crase deve ter continuado, provocando a perda de licenciamento do sujeito nulo, pelo uso cada vez mais constante do sujeito preenchido, ocasionando a redução das pessoas gramaticais (canto, canta, canta(mos), cantam).

Convém apontar as observações de Sírio Possenti (Conferência IPBA – Institu-

to Pedagógico Brasil-Alemanhã – em São Paulo, 24 de junho de 1991) a respeito da fala de pescadores de uma região do Mato Grosso.

Eu pesco

Cê pesca

Ele/a pesca

Nóis pesca

Cês pesca

Eles/as pesca

Pelo exemplo, podemos notar apenas a separação da 1ª pessoa do caso reto, das demais pessoas. Há, apenas, a marca verbal de duas pessoas (*pesco / pesca*), muito semelhante ao inglês, língua de uso obrigatório do sujeito expresso.

Havendo apenas duas distinções das pessoas gramaticais (*pesco / pesca*) a língua falada nesta região deixa de ser “pro-drop”, isto é, o sujeito passa a ser preenchido, para que se possa distinguir a pessoa que pesca. O pronome reto sujeito nominativo tem presença obrigatória como traço distintivo, uma vez que em cinco pessoas a forma verbal é a mesma (*pesca*). O aspecto fonológico precede o morfológico. A forma abreviada da fala fez perder o traço modo-temporal e número-pessoal em “*nóis pesca*”, ficando o traço distintivo para o pronome reto “*nóis*”. O mesmo ocorre nas demais pessoas, com exceção da primeira do singular. **As mudanças fonológicas acabam por enfraquecer a morfologia verbal dos falantes da região do Mato Grosso.**

Quanto ao uso do “nóis”, percebemos que está em franco desaparecimento. A expressão “a gente” que o substitui, funciona como um verdadeiro pronome pessoal nominativo. Segundo Galves (1990, 1991), o empobrecimento das pessoas do discurso vai ocasionar uma perda do traço semântico na categoria gramatical de pessoa, restando apenas o traço sintático.

Com um paradigma verbal empobrecido, podemos esperar profundas alterações no uso do parâmetro “pro-drop”.

Cada vez mais o PB tem preenchido o sujeito, graças ao enfraquecimento dos paradigmas flexionais e à inclusão dos pronomes “você” e a expressão “a gente”, que, certamente, colaboraram para esse enfraquecimento, pois usam formas da 3ª pessoa do singular para a 2ª pessoa do singular e 1ª do plural. Mesmo nos dialetos onde sobrevive a forma “*tu*”, sentimos a perda de sua morfologia verbal específica (*tu cantas*). É comum ouvirmos “*tu cantá*” ao lado de “*você cantá*”. A forma “*cantamos*” sobrevive quando usamos como sujeito dois núcleos: o pronome pessoal de 1ª pessoa e um sintagma nominal, como em: “*Eu e Maria cantamos*” e também em outras situações precisas, como em respostas afirmativas (Figueiredo Silva, 1996). Segundo esta autora “*o que é relativamente sistemático (no PB) é a oposição entre singular e plural*”. Conclui-se que o traço de número ainda está presente na morfologia do PB e o de pessoa esta desaparecendo, dando lugar ao sujeito marcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua portuguesa está classificada entre aquelas de parâmetro “pro-drop”, isto é, pode omitir argumentos sentenciais ligados ao verbo, principalmente o sujeito. Conforme Castilho (2000), em português não é obrigatório reter o sujeito, ou mesmo o objeto direto, numa sentença. O processo é denominado “categoria vazia”, “silêncio sintático”. O exemplo é significativo. Quando dizemos “Vi”, procuramos no discurso anterior, quem ou o que foi visto, pois o sujeito e mesmo o objeto direto de “Vi” estão indicados na morfologia de “Vi”. Podemos afirmar, por isso, que o PB pode ser considerado ainda uma língua “pro-drop”, diferente do inglês, onde o sujeito e o objeto devem vir obrigatoriamente expressos (I saw **him**).

No entanto, ainda que o PB seja uma língua “pro-drop”, tem apresentado, cada vez mais, o sujeito preenchido, expresso.

A maioria dos autores tem apresentado que, quanto mais rica é a morfologia verbal, mais o sujeito é omitido e, quanto mais pobre é a morfologia verbal, mais expresso é o sujeito. Este não deve ser, no entanto, considerado um parâmetro, visto que no chinês, com um paradigma verbal sem flexões, exhibe sujeito nulo.

O que notamos no PB é que está cada vez mais simplificando sua morfologia, o que leva a concluir que está ocultando menos o sujeito, principalmente nas segundas e terceiras pessoas. Como a primeira pessoa do singular é marcada pela morfologia verbal (**canto**), a possibilidade é maior de ocultamento do sujeito, porém, em alguns casos especiais, deixamos de ocultá-lo também. Conforme Duarte (1993), o sujeito oculto ainda é mantido na 1ª pessoa do singular “em orações independentes com verbos simples no presente ou passado, quase sempre precedidos por uma negação, ou com locução verbal”, como em (Não me venha falando besteira).

Não podemos, no entanto, generalizar a tal ponto de fazermos regras precisas para o caso. Bem observa Castilho (2000), quando diz: “Parece que o certo é observar se a idade, o nível sócio-econômico dos brasileiros e as modalidades falada ou escrita que eles estão usando não estariam criando diferentes gramáticas do sujeito oculto”.

Há evidências de que, no PB está-se perdendo o licenciamento do sujeito nulo, graças ao enfraquecimento da morfologia verbal, que restringe o número de pessoas verbais (pelo uso da gramática que privilegiou a crase), fazendo com que deixemos de ser uma língua “pro-drop”. No PE, onde permanecem as seis formas de pessoas verbais, o sujeito nulo se mantém. Com isso, o PB apresenta propriedades que são responsáveis pelas diferenças entre o PB e o PE.

Queremos, por fim, apontar que a perda do /d/ intervocálico, nas formas verbais de 2ª pessoa nos morfemas lexicais e flexionais (mudanças fonológicas) no português antigo (quatrocentista) ocasionou o surgimento de duas formas semelhantes e, conseqüentemente, a perda da propriedade do sujeito nulo no PB, passando a usar o sujeito preenchido em, aproximadamente, 70% dos casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAAMCAMP Freire (1977). A. *Crônica Del Rei dom Joham I*, de Fernão Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda..
- BROCARD, M.T. (1977). *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes Zurara, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CÂMARA JR., J. Mattoso (1973). *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- _____ (1985). *Estrutura da Língua Portuguesa – 15ª Edição*. Petrópolis, R.J., Editora Vozes.
- CASTILHO, A. (2000) *A língua falada no ensino do português*. 3 ed. São Paulo, Contexto.
- CASTILHO, C. (2001). “Seria quatrocentista a base do PB?”, in Rosa Virgínia Mattos e Silva (org.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol 2.
- CHOMSKY, N.(1981). *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris.
- CYRINO, Sônia M. I., DUARTE, M.E., KATO, Mary. *Visible subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese*.
- DUARTE, M.E. (1993). “Do pronome nulo ao pronome pleno”, in I. Roberts & M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP. Ed. da Unicamp.
- _____ (1995). *A Perda do Princípio ‘Evite Pronome’ no Português Brasileiro*. Campinas, SP, Unicamp, Tese de doutorado.
- FARACO, Carlos Alberto (1991). *Lingüística Histórica – uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo –SP., Editora Ática S. A .
- FREIRE NUNES, Irene (11995). *A Demanda do Santo Graal*, Edição Crítica, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GALVES, C. (1993). “O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro”, in I. Roberts & M. Kato (orgs.) *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*

Campinas, Editora da Unicamp.

- _____ (1991). *Agreement and Subjects in Brazilian Portuguese*, ms., Unicamp.
- HUANG, J.(1984). "On the distribution and reference of empty pronouns", *Linguistic Inquiry*, 15 pp.531-575.
- JAEGGLI, O. e SAFIR K. (1987). "The null subject parameter and parametric theory". In O. Jaeggli & K.Safir (eds.) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht, Kluwer.
- MEGALE, H. (1990). " A Demanda Portuguesa de Viena: confronto das edições Magne", in *Boletim de Filologia*, INIC, Lisboa.
- MALER, B.(1956) *Orto do Esposo*. Edição crítica, RJ, MEC/INC.
- MATTOS e SILVA (1994). *Para uma caracterização do período arcaico do português*, DELTA, Vol.10, N. ESPECIAL, PP247-276.
- NUNES, J. (1993). "O português brasileiro no contexto das línguas românicas", in I. Roberts & M.Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.
- OLIVEIRA, Marilza de (2001). *Mudanças Fonológicas Explicam o Enfraquecimento da Morfologia Verbal no PB?* Trabalho apresentado na ABRALIN.
- ROBERTS, I. (1993). *Verbs and diachronic syntax*, Dordrecht, Kluwer.
- VEIGA, A. (1959). *Virgeu de Consolação*. Edição Crítica, Porto Alegre, Livraria da Globo.